



Processo nº : 10835.001916/97-60

Recurso nº : 115.296

Acórdão nº : 203-08.982

Recorrente : DERCO COM. E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto – SP

NORMAS PROCESSUAIS – MATERIA NÃO IMPUGNADA – FASE RECURSAL – PRECLUSÃO –
Preclui na fase recursal as fundamentações não apresentadas na fase impugnatória.

PIS - BASE DE CÁLCULO – SEMESTRALIDADE – O art. 6º da LC nº 7/70 referia-se à base de cálculo e não a prazo de recolhimento, razão pela qual, até 29.02.1996 (vigência da MP nº 1.212/95), descabe exigir a correção monetária relativa à semestralidade adotada em relação à base de cálculo.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
DERCO COM. E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2003

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Mauro Wasilewski
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Adriene Maria de Miranda (Suplente), Valmar Fonsêca de Menezes, Maria Teresa Martínez López, Luciana Pato Peçanha Martins e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Augusto Borges Torres.

Imp/cf



Processo nº : 10835.001916/97-60
Recurso nº : 115.296
Acórdão nº : 203-08.982

Recorrente : DERCO COM. E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

RELATÓRIO

Trata-se de recolhimento de PIS mantido pelo órgão julgador da 1ª instância e cuja decisão foi ementada da seguinte forma (fl. 88):

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/09/1994 a 31/12/1994, 01/01/1997 a 31/07/1997

Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO.

A falta ou insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS, apurada em procedimento fiscal, enseja o lançamento de ofício com os devidos acréscimos legais.

LANÇAMENTO PROCEDENTE".

Em suas razões (fls. 97/112) a Recorrente diz que os cálculos não observaram o período de seis meses entre o faturamento e a data do recolhimento. Requereu, ao final, a produção de prova pericial; que a decisão enfrente todas as questões apresentadas; a plenitude do direito de defesa; a sustentação oral; e a insubsistência da notificação fiscal por absoluta ausência de causa de pedir.

É o relatório.



Processo nº : 10835.001916/97-60

Recurso nº : 115.296

Acórdão nº : 203-08.982

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
MAURO WASILEWSKI

A peça impugnatória ataca apenas os aspectos relativos aos DL nºs 2.445/88 e 2.449/88, precluindo, para os efeitos do recurso, as novas fundamentações não discutidas na fase anterior.

Os requerimentos finais que se referem à produção de provas é impertinente no recurso administrativo, eis que as mesmas, via de regra, cabem ser apresentadas na fase impugnatória.

Quanto à solicitação sobre o enfrentamento de todas as questões e a plenitude do direito de defesa, esta é despicienda, na medida em que, segundo a regra do art. 5º, LV, da CF/88, o processo administrativo se equipara ao judicial para os efeitos dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

No que se refere à sustentação oral, cabe a mesma ser requerida, por ocasião do julgamento, ao Presidente da Sessão, no mesmo dia ou na véspera do julgamento.

Assim, deixo de conhecer tais solicitações, vez que inoportunas.

Quanto à semestralidade do PIS, já está pacificado neste Eg. Colegiado que o art. 6º da LC nº 7/70 não trata de prazo de recolhimento, mas de base de cálculo.

Assim, descabe, no interregno de seis meses, corrigir-se o valor da base de cálculo.

Por outro lado, a semestralidade do PIS vigeu até a MP nº 1.212/95 e cujos efeitos prorrogaram-se até 29.02.1996.

Assim, o período posterior a tal data não está abrangido pela semestralidade.

Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso apenas para excluir dos cálculos do crédito tributário a correção monetária relativa à semestralidade nos períodos anteriores a 29.02.1996.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2003

MAURO WASILEWSKI